

Retratos da memória acesa em Nazaré O MINOM e a busca pelo Bem Viver

Vânia Brayner¹

RESUMO: A cerca de 200 quilômetros da capital do estado de Rondônia, a jusante do rio Madeira — um dos principais afluentes do rio Amazonas —, a comunidade ribeirinha de Nazaré mantém acesa a lamparina das suas memórias, a (re)existir ante aos megaprojetos desenvolvimentistas do Estado brasileiro, cujas consequências no presente, afetam os seus desejos de futuro. Para dialogar com o seu passado de lutas, defender a sua diversidade ecológica e cultural e fazer frente às ideias disseminadas na região de um “progresso” que já se mostrou para poucos, Nazaré deseja um “museu vivo”, um museu que transforma transformando-se, um museu-escola para a libertação. Para dialogar com esse desejo de memória, parte significativa da rede de mediadores que constitui o “social” da museologia brasileira contemporânea deslocou-se para Nazaré, em atendimento ao chamado da XVII Conferência Internacional do MINOM, realizada de 3 a 7 de agosto de 2016. Neste artigo, apresento os motivos que me levaram a Nazaré e o porquê dessa Conferência fazer parte do trabalho de campo que empreendi no Brasil, de julho a dezembro de 2016. Por meio da experiência, busquei conhecer alguns espaços de memória acesa que apoiassem os meus estudos no campo da sociomuseologia no Programa de Doutorado em Museologia da Universidade Lusófona de Lisboa. Em Nazaré, realizei minha primeira tentativa de construir uma narrativa por meio da imagem, conforme a fotoetnografia desenvolvida pelo antropólogo Luiz Eduardo Achutti, que propõe “articular a construção de imagens fotográficas com a perspectiva do pensamento antropológico”. Os fatos sociais apreendidos pelas imagens apresentadas de forma ordenada, faz com que a fotografia atue como aliada nos estudos e na escrita da narração científica dos fatos etnográficos observados em campo. Com esta ideia na cabeça, dirigi-me à Conferência, porém o meu foco não estava apenas no evento, mas também no cotidiano, no “fato comum”, no *Bem Viver* em Nazaré.

PALAVRAS-CHAVE: Nazaré. Rondônia. Diversidade cultural. Memória. Museologia social. Sociomuseologia. Fotoetnografia.

Nazaré's portraits of living memory The MINOM and the search for Good Living

ABSTRACT: *Downstream the Madeira River – one of the Amazon's main tributaries –, roughly 200 kilometers from the capital of the Brazilian state of Rondônia, the riverside community of Nazaré keeps burning bright the lamp of its memories, to (re)exist before the Brazilian government's developmental projects, whose present consequences affect future desires. Conversing with the struggles in their past, defending their ecological and cultural diversity and opposing the local idea of “progress” for few, the people of Nazaré desire a “living museum”, a museum that transforms and is transformed, a museum school for freedom. Following this desire for memory, a significant part of the network of mediators that constitutes the “social” in Contemporary Brazilian Museology has moved to Nazaré, answering the call of the XVIIth International MINOM Conference, that took place from August 3rd to August 7th, in 2016. In this article, I present the reasons that led me to Nazaré and why this Conference is part of the fieldwork that I conducted in Brazil between July and December, in 2016. I visited spaces of living memory that would support my studies in the field of Sociomuseology for the Doctorate in Museology Program, in the Lusófona University, Lisbon. In Nazaré, I experienced my first attempt to build narrative through image, according to the Ethnophotography developed by anthropologist Luiz Eduardo Achutti, who proposes “to articulate the construction of photographic images with the perspective of anthropological thought”. The social facts apprehended in the images make Photography an ally in the studies and in the scientific narration of the ethnographic facts observed in the fieldwork. With this thought in mind, I headed to the Conference. My focus was not only in the event, but also in everyday life, in the “common fact”, in Good Living in Nazaré.*

KEYWORDS: *Nazaré; Rondônia; cultural diversity; memory; Social Museology; Sociomuseology; Ethnophotography.*

¹ Jornalista; antropóloga; amante da fotografia; doutoranda e bolsista em Museologia no Programa de Doutorado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa (ULHT), com orientação da Profa. Doutora Judite Primo. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (BEX 2302/15-2) E-mail: vaniabrayner2012@gmail.com

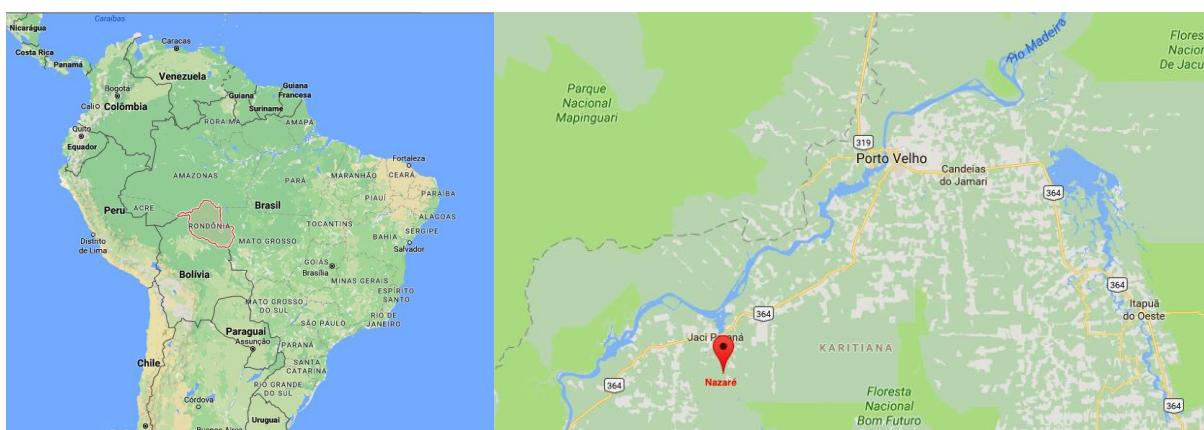
Retratos da memória acesa em Nazaré O MINOM e a busca pelo Bem Viver

Vânia Brayner

A memória acesa é um recurso que você tem para poder enxergar o teu caminho. Quando a gente lembra o passado, a gente tem uma percepção sobre o presente. E aprendendo a caminhar no presente, a gente consegue pensar, imaginar, sonhar o futuro, caminhar para ele. É como uma luz...

Elizeu Braga (poeta e ator)

Nazaré é essa luz, é a memória acesa de toda a gente dessa pequena comunidade. Simbolicamente a “memória acesa” está representada numa lamparina à porta da Casa Arigóca, um espaço que se define como uma “casa de memória, de leituras de práticas poéticas, micro lugar de integração e fomentação cultural: um pedacinho de dente, da identidade da cidade”. A cidade é Porto Velho e nela está contida a lamparina acesa da comunidade ribeirinha do Distrito de Nazaré, a cerca de 200 quilômetros da capital do estado de Rondônia. O acesso à comunidade se dá por barco em aproximadamente sete horas de viagem, a jusante do rio Madeira, um dos principais afluentes do rio Amazonas.



Mapas de localização de Rondônia no Brasil e de Nazaré, distrito da capital Porto Velho.

É sobre a comunidade de Nazaré de que este artigo trata, local onde foi realizada a XVII Conferência Internacional do MINOM, de 3 a 7 de agosto de 2016. Foi lá que conheci a museóloga Girlene Chagas Bulhões que, ao citar-me na *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, gerou o convite para a minha participação nesta

edição. Em Nazaré pude compartilhar minha admiração pessoal por seu trabalho como gestora do Museu das Bandeiras (Muban-Ibram) que, como diz Baptista e Boita (2014, p.184), tornou aquele espaço de memórias “originalmente destinado à manutenção da identidade dos bandeirantes, conhecidos facínoras da história nacional”, no “Museu de Todas as Bandeiras, em uma das mais importantes relocalizações simbólicas que a Museologia brasileira até então produziu”.

A sociomuseologia ² praticada por Bulhões desenvolveu atividades e exposições que pensavam a dimensão humana, a pluralidade e a inclusão, dedicadas a moradores de rua, apenados, deficientes físicos, negros e indígenas e à comunidade LGBT. Bulhões praticou sociomuseologia em um museu oficial com recursos do Estado Nacional brasileiro até às últimas consequências (a sua exoneração) e demonstrou o quanto é importante que essa dimensão humana da Museologia seja praticada por todos os museus e, como ela bem diz, sem permitir que "outros tipos" de Museologia sintam-se liberados para serem seletistas e preconceituosos e que estejam sempre a determinar o que é “indizível em museus”. Este foi sem dúvida o exercício de uma Museologia contra-hegemônica, que atua numa espécie de guerra de guerrilha, caracterizada por batalhas intensas (ações museais transgressoras e subversivas) e pela exploração do território (o Estado). A sua gestão foi uma tomada de posição, uma forma de ser e estar no mundo baseada numa política de igualdade e demonstrou o quanto a sociomuseologia é um campo de resistências. É nesta Museologia que acredito e é sobre ela que pretendo tratar neste artigo.

Igualmente oriunda do campo das memórias institucionalizadas ou dos “silêncios da história oficializada” (SOUSA SANTOS, 2014, p.13), a investigação científica que desenvolvo no programa de doutoramento em Museologia, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), em Lisboa, busca estudar as experiências de memórias desenvolvidas por sujeitos sociais os quais os museus oficiais — como o que eu atuei como gestora — têm a pretensão de representar. O meu objetivo descrever os processos de formação e organização dessas experiências e espaços de memória; suas narrativas, relações sociais, ferramentas de comunicação e educação, suas intervenções e discussões, mas principalmente suas capacidades de organização e mobilização para transformar o

² No Brasil diz-se museologia social, no entanto, em deferência à instituição de ensino-pesquisa que acolhe minha investigação, utilizarei o termo corrente em Portugal: sociomuseologia.

presente e construir futuros.

Para isto, decidi por empreender um trabalho de campo que, por meio da experiência, apoiasse as minhas *formulações teórico-etnográficas* (PEIRANO, 2014, p.383) e que pudessem basear meus estudos no campo da sociomuseologia. Em seus estudos teórico-metodológicos sobre etnografia, Peirano nos diz que “a empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação”. Assim, coletei inúmeros “fatos etnográficos” por meio de vivências, entrevistas e conversas, além de uma “bagagem” repleta de poemas, canções, materiais de divulgação, livros, fotografias, filmes, textos, trabalhos acadêmicos produzidos pelos sujeitos sociais dessas experiências e, como recomenda Peirano, memórias de sentimentos, cheiros e sabores vivenciados, especialmente das experiências em Pernambuco que escolhi como focos da minha investigação participativa — o Memorial Severina Paraíso, em Olinda; e o Museu da Beira da Linha do Coque, em Recife. Mas, para a construção do meu próprio conhecimento sobre a sociomuseologia brasileira, quis ver de perto outras experiências e organizações relacionadas ao campo das memórias sociais no Brasil que, na perspectiva da *ecologia dos saberes* de Boaventura de Sousa Santos (2006), foram fundamentais para me dar a certeza de que, ainda que este trabalho busque guardar o rigor acadêmico que o torne confiável do ponto de vista científico, não terá qualquer relevância se não for possível extrair do conhecimento gerado por ele um significativo valor social. Por isso é que espero que este trabalho, mais do que certezas totalizantes, produza questionamentos; que suscite e aguace nossa capacidade de produzir conhecimento por meio da reflexão de forma individual, mas principalmente coletiva; que desvele as ideias e promova as atitudes daqueles que agora negam-se a ser meros “objetos de estudos” e cada vez mais posicionam-se, sobretudo no meio acadêmico e político-social, como agentes na interpretação e representação das suas próprias memórias e práticas culturais.

A etnografia desses espaços me permitiu conhecer histórias de vida, observar as especificidades e os significados dessas experiências para as pessoas envolvidas e identificar detalhes significativos das suas narrativas, discursos, interações, conflitos revelados durante o período de observação e suas estratégias para superá-los que, ao meu ver, trazem contribuições epistemológicas relevantes para a sociomuseologia. Me deu ainda a possibilidade de conhecer a realidade

sociocultural na qual esses diversos grupos vivem e atuam, além das relações sociais que estabelecem entre si e com os outros grupos selecionados para este trabalho de campo, que me possibilitaram verificar a contribuição dessas experiências e dos seus agentes para a construção de uma Museologia brasileira baseada nos princípios da “redistribuição (igualdade)” e do “reconhecimento (diferença)”, que faça frente ao que Boaventura de Sousa Santos (2006) chama de *fascismo social*³, cada vez mais presente no mundo contemporâneo e para o qual Sousa Santos faz um alerta:

No nosso tempo, o perigo é a ascensão do fascismo como regime social. Contrariamente ao fascismo político, o fascismo social é pluralista, coexiste facilmente com o Estado democrático, e o seu espaço-tempo privilegiado, em vez de ser nacional, é simultaneamente local e global” (SOUSA SANTOS, 2006, p.180).

No campo da Museologia, o fascismo social ainda que se apresente tolerante à existência de práticas museais inclusivas, numa tentativa de mostrar-se plural e democrática, atua para mantê-las alijadas da construção da diversidade epistemológica e, sobretudo, das políticas públicas de Estado. O objetivo é garantir a hierarquia e o monopólio do conhecimento, além da hegemonia oficial nas políticas públicas de memórias. É uma Museologia ancorada na ideologia neoliberal que, em momentos de retração econômica do capitalismo mundial, por exemplo, mantém-se ferozmente às portas das suas monolíticas instituições para impedir a entrada de novas ideias e processos que possam ameaçar a sua decantada “ciência neutra” que, na verdade, esconde os seus bons serviços prestados secularmente aos interesses dominantes.

Minha investigação insere-se na linha de pesquisa “sociomuseologia, globalização e direitos humanos” no Programa de Doutorado da Lusófona. Dessa forma, ao buscar compreender as relações sociais e culturais envolvidas nas experiências de sociomuseologia que reivindicam o direito à memória, defendo a ideia apresentada pela *Declaração de Direitos Culturais de Friburgo* que afirma os direitos culturais como a liberdade de uma pessoa, isoladamente ou em grupo, de “escolher e de expressar sua identidade e de ter acesso às referências culturais,

³ “Conjunto de processos sociais mediante os quais grandes sectores da população são irreversivelmente mantidos no exterior ou expulsos de qualquer tipo de contrato social” (Sousa Santos, 2006, p.180).

bem como aos recursos que sejam necessários a seu processo de identificação, de comunicação e de criação”. A Declaração em si, elaborada por um grupo de acadêmicos convocados pelo Instituto Interdisciplinar de Ética e Direitos Humanos da Universidade de Friburgo (Suíça), não faz referência direta sobre o direito à memória, no entanto, na publicação *Afirmar os direitos culturais – Comentários à Declaração de Friburgo* (2014), ao referir-se aos critérios que permitem definir uma “comunidade cultural”, descreve o “patrimônio declarado” como essencial para a sua própria existência: “uma comunidade declara explícita ou implicitamente (por sua ação) o patrimônio cultural que ela reconhece como fonte necessária de sua identificação e que ela pretende preservar e desenvolver [...]” (MEYER-BISCH E BIDAULT, 2014, p.52).

Este debate sobre a democracia cultural que hoje mobiliza as sociedades em torno da noção de *cultura como direito* e que, em termos antropológicos, define o culturalismo como “a consciência da própria cultura como um valor a ser vivido e defendido” (Sahlins, 2007, p.545), irá percorrer minha investigação por meio da discussão sobre políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural e, mais especificamente, para o campo das memórias populares coletivas. Neste sentido, tomarei o direito de “produzir cultura, seja pela apropriação dos meios culturais existentes, seja pela invenção de novos significados culturais”, defendido pela filósofa Marilena Chauí (2006, p.70), como um direito individual ou coletivo e um dever do Estado. Esta foi uma ideia iniciada no cenário das políticas públicas contemporâneas de cultura no Brasil durante a gestão do ex-ministro Gilberto Gil, quando “o direito de produzir cultura” e “o direito de participar das decisões quanto ao fazer cultural” tiveram maior repercussão nas ações do Ministério da Cultura. Essas diretrizes foram responsáveis pela introdução de políticas públicas de dimensão antropológica na vida cultural do país, entre as quais, os Pontos de Memória, voltados ao fortalecimento das memórias coletivas e cujas incertezas do atual momento político-institucional brasileiro, não nos permitem afirmar a sua continuidade.

Como disse anteriormente, do ponto de vista pessoal, conhecer outras experiências da sociomuseologia brasileira era um imperativo para quem trabalhou quase dez anos num museu oficial e que, desta feita, optava por estudar na academia experiências museais de grupos comunitários. Ainda que no Museu do Homem do Nordeste (Muhne) tenhamos aliado nossas ações educativas e

museológicas à nova Política Nacional dos Museus, que reforçou o papel social das instituições museais na política pública de cultura, a minha formação em Antropologia não me permitiria apenas descrever algumas dessas experiências a partir de outros escritos, eu precisava ver, estar lá, conversar com as pessoas envolvidas nesses processos.

No Muhne, igualmente a Bulhões, rompemos barreiras invisíveis que impediam a entrada de sem terras, de pessoas apenadas, de jovens da periferia da cidade e, ao mesmo tempo, levamos a instalação simbólica do Museu a “espaços povoados de ações humanas” e que, tradicionalmente, são considerados de exclusão social e cultural. “Espaços, nos quais, os homens reais repovoam a teoria e aproximam a prática científica da realidade cotidiana, concreta, visível”⁴. Mesmo cientes de que seria impossível representar e atuar com os mais de 50 milhões de brasileiros do Nordeste do Brasil, à luz da sociomuseologia, foi possível socializar com diversos segmentos sociais o exercício de sua atividade fim: a representação da diversidade cultural da região.

Mas voltemos ao assunto que diz respeito a este artigo. Para o trabalho de campo realizado de julho a dezembro de 2016, saí em busca de algumas experiências que considerava importante conhecer e que, de alguma forma, dialogavam com os grupos das comunidades com as quais partilhava conhecimentos em Pernambuco. O antropólogo e arqueólogo Donald Hardesty (2000, p.169) define *paisagens etnográficas* como um sistema de significados, ideologias, crenças, valores e visão de mundo, compartilhado por grupos de pessoas. Esses sistemas levam grupos culturais contemporâneos tradicionalmente associados a identificar e constituir suas histórias e identidades, a partir de significados próprios, com base no papel que essas paisagens desempenham nas suas histórias e nas suas vidas e não nos critérios instituídos de importância nacional, estadual ou local (HARDESTY, 2000, p.182). Foi com esta ideia na cabeça que construí meu plano de pesquisa de campo.

Assim, para compor essas paisagens, fui conhecer o Museu de Favela – MUF e o Museu da Maré, no Rio de Janeiro; as experiências dedicadas às memórias dos terreiros na Bahia, como o Memorial Mokambo Kisimbê – Águas do Saber e

⁴ Trechos do texto da Doutora Ciema Melo no projeto *Museu Múltiplo*, desenvolvido pelo Muhne, no período de 2010 a 2012. A antropóloga foi responsável por sua criação e coordenação, em conjunto com a museóloga Me. Maria Fernanda Oliveira.

Memorial Lajoumim, em Salvador; o Memorial Unzó Matamba Tombenci Neto, em Ilhéus; além de retomar contato com o desejo de memória do Terreiro Ilê Axé Ijexá Orixá Olufon, em Itabuna, no qual o Muhne fez sua primeira instalação simbólica em 2010, e do qual saí com a incumbência dada pelo orixá Logun-edé de ser a Iyá Lai-lai da memória do terreiro. Uma honra e um desafio ancorado nas palavras do amigo Ajalá-Deré (Ruy Póvoas), que diz ver a sociomuseologia como um “fio novo para tecer a preservação da memória que garante a permanência em ultraespaços, rompendo fronteiras, expandindo territórios, para além dos limites das paredes, cercas e muros”⁵. Foi neste terreiro que encontrei o silêncio patrimonializado por seus membros.

Nas minhas andanças pelas paisagens etnográficas da sociomuseologia no Brasil, também participei do II Fórum de Museus Indígenas do Brasil, na Aldeia Mina Grande do Povo Kapinawá, em Buíque (PE), e pude constatar a organização e o poder de renovação da luta pelas memórias dos povos indígenas. A forte presença da juventude indígena, trouxe-me alento em meio aos inúmeros retrocessos ocorridos no Brasil nesses últimos anos, pois me deu a certeza de que já não há mais volta. Por mais que as forças conservadoras tentem barrar o pouco do que já foi conquistado, não haverá retrocessos sem que haja uma poderosa e renovável resistência, pois a semente já vingou e transformou-se em rizoma.

Estive igualmente na cidade de Floresta, Sertão de Pernambuco, para conhecer a Confraria do Rosário, experiência que identifiquei como “museu cortejo”⁶ em meu projeto inicial de pesquisa e que, quando membro da Comissão Técnica do Prêmio Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco, em 2007, tive o privilégio de fazer parte da sua indicação ao título. Naquela pequena cidade sertaneja, pude perceber o quanto este reconhecimento do Estado foi importante para a proteção e promoção dessa irmandade religiosa, principalmente por tratar-se de uma política que promove a sustentabilidade permanente dos grupos e pessoas de saberes populares e tradicionais premiados⁷. Foi gratificante ver o orgulho nos olhos dos seus membros, com os quais conversei durante a minha estadia em Floresta,

⁵ Comunicação pessoal (2017).

⁶ Um tipo de museu, apontado pelo museólogo brasileiro, Mário Chagas, a partir da experiência do museu cortejo da Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

⁷ Para maiores informações, ver: “Patrimônio Vivo – o impacto das políticas de patrimonialização de pessoas e grupos culturais na transmissão de saberes populares e tradicionais: estudo comparativo das experiências de registro de Pernambuco, Ceará e Alagoas”, da pesquisadora Maria Acselrad. Trabalho selecionado no 1º Edital de Seleção de Pesquisas – A preservação do patrimônio cultural no Copedoc/DAF/IPHAN 2009.

quando afirmei já considerar uma experiência museológica o cortejo realizado pela Confraria há mais de 200 anos (conforme registros documentais, datados de 1792), sempre no dia 31 de dezembro, quando um rei e uma rainha são coroados, em referência à realeza africana trazida escrava ao solo brasileiro. Neste dia, os membros da Confraria saem na rua principal de Floresta, a portar suas crenças e objetos que lhes conferem aquilo que citei lá em cima, igualdade e diferença. E sem estar presa aqui ao calendário do Plano de Pesquisa de Campo, finalmente fui à Nazaré para participar da XVII Conferência Internacional do MINOM, motivo principal deste artigo. Nazaré foi na verdade a minha primeira viagem de campo.

Por que Nazaré?

Houve diversos motivos que me levaram a Nazaré. O principal foi o desejo de participar da minha primeira Conferência Internacional do MINOM. Sabia que falar acerca da sociomuseologia é indubitavelmente falar sobre o MINOM, no entanto, não interessava à minha investigação falar apenas do passado desse movimento que revolucionou a Museologia no mundo – ainda que este passado, do ponto de vista histórico, possa ser considerado recente. Aquele seria um momento oportuno para ver o MINOM conectado ao seu passado, mas em ação no presente, a projetar futuros. A sua história e os seus princípios já estão mais do que estudados e debatidos no campo da Museologia. São suas teorias museológicas e práticas museais que continuam em processo e a serem debatidas e questionadas no presente. Alguns estudiosos adeptos da tal “ciência neutra” chegam até a achacá-lo, acusando os seus membros de não produzirem teorias, mas ideologias. Seria bom que essas pessoas usassem os óculos encontrados por John Nada⁸ para visitar as suas instituições. Quem sabe elas perceberiam que “a ideologia é a nossa relação espontânea com o social” e que “a tragédia da nossa condição quando estamos dentro da ideologia é que quando pensamos que escapamos dela para os nossos sonhos, é neste ponto que estamos mesmo dentro da ideologia”. Mas esta é uma outra discussão que pretendo enfrentar a posteriori em meu trabalho.

A verdade é que se não fosse pelo MINOM, Nazaré nunca teria entrado no

⁸ Personagem principal do filme “Eles vivem” (1988) que o filósofo esloveno Slavoj Žižek utiliza em seu documentário “O guia do perverso sobre ideologia”.

meu Plano de Pesquisa de Campo, cujo primeiro chamado à participação apareceu na tela do meu computador no momento em que estava a produzi-lo. A cada carta circular, enviada pela aguerrida Marcelle Pereira, professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e sua atual Pró-Reitora de Extensão, mais me convencia de que aquela Conferência se constituiria numa experiência absolutamente inovadora como evento institucional e científico da Museologia brasileira. Soube depois que fui a primeira inscrita na Conferência. O conteúdo discursivo e o formato adotados pela organização daquela Conferência traziam elementos que davam pistas neste sentido e faziam importantes conexões com a minha investigação. São eles:

1 – Garantia da preservação do protagonismo local.

Qualquer **ação visando à preservação da floresta** – seus rios, lagos, fauna e flora – deve ser realizada **pelos grupos e comunidades que habitam a região**. Com respeito e sabedoria acumulada são eles os maiores interessados pela manutenção da vida e da dignidade da floresta. Principais prejudicados pelas ações desmedidas que visam à destruição da natureza são os povos da Amazônia que sofrem na carne antes de todos nós. Estes povos precisam de respeito e apoio (I Circular MINOM Nazaré, 2016).

2 – Apontava iniciativas de memória como fundamentais para a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira, ameaçada pelos projetos desenvolvimentistas implantados naquela região pelo Estado brasileiro, em conjunto com a União das Nações Sul-americanas (UNASUR)⁹. Esta é uma realidade também vivida pelas comunidades que eu acompanhava em Pernambuco, igualmente vítimas de projetos que se utilizam da dicotomia preservar/desenvolver como forma de esconder suas verdadeiras intenções de não acatar a participação dos agentes sociais afetados por esses projetos. Querer preservar os seus modos de vida e o ambiente no qual estão inseridos é sempre rotulado com os signos da ignorância e do atraso.

⁹ As hidrelétricas Jirau e Santo Antonio, que dividiram o rio Madeira em dois grandes reservatórios e provocaram importantes impactos ambientais e sociais na região, fazem parte do Complexo Hidrelétrico e Hidroviário dos rios Madeira-Mamoré-Beni-Madre de Dios, o maior projeto da IIRSA - Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana. O objetivo é beneficiar o grande capital com o aumento da exportação de produtos primários — soja e outros grãos, madeira e minérios. Ver mais em: <http://www.iirsa.org>

...a chegada das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e a recente devastação causada pela cheia do Rio Madeira nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014, torna o **surgimento de iniciativas de memória imprescindíveis** para manter a dignidade destes afetados, empreendendo ações que promovam o **fortalecimento de suas identidades e territorialidades** contribuindo diretamente com a diminuição dos problemas sociais mais urgentes enfrentados pelos povos ribeirinhos (II Circular MINOM Nazaré, 2016).

3 – Fazia um chamado ao apoio da rede de mediadores da sociomuseologia brasileira, numa clara alusão — embora não explícita — ao conceito de Ecologia de Saberes, cuja ideia germinal foi preconizada pelo educador brasileiro Paulo Freire nas suas concepções sobre a construção do conhecimento.

A proposta que apresentamos para a XVII Conferência, a ser realizada de 3 a 7 de agosto de 2016, baseada na ideia de colaboração dos membros do MINOM com a comunidade ribeirinha é uma aposta na **construção de conhecimento conjunto** que resulte na proposição de encaminhamentos úteis e passíveis de aplicação para as demandas mais urgentes da comunidade. Assim como, a expectativa de sediar o **primeiro museu ribeirinho do Estado de Rondônia** tendo como aporte os pressupostos da museologia social. (III Circular MINOM Nazaré, 2016)

Por tudo isso, eu precisava estar lá para ver de perto uma parte significativa da rede de mediadores que constitui o "social" da Museologia brasileira contemporânea em movimento, em associação com pessoas, animais, plantas, rios, instituições, objetos e coisas (LATOURE, 2012), humanos e não-humanos, a desenvolver uma "Museologia sujeito-sujeito"¹⁰. Portanto, mais do que participar de um evento acadêmico, estar lá era um imperativo científico. No campo utilizei o registro de imagens, uma ferramenta de pesquisa fartamente utilizada por um dos pais da etnografia, Bronisław Malinowski, no início do século XX, e cada vez mais utilizada e aperfeiçoada nos trabalhos etnográficos contemporâneos. Esta seria a minha primeira experiência de construir uma narrativa por meio da imagem e possivelmente nem tenha seguido todos os cânones dessa técnica de pesquisa, a fotoetnografia. No entanto, uma coisa era certa: o meu foco não estaria apenas no evento, mas também no cotidiano, no "fato comum", na vida que seguia em Nazaré.

A fotoetnografia desenvolvida por Achutti (1997) dá forte importância à

¹⁰ A partir da leitura de Bruno Latour por Vladimir Sybilla, na palestra "Museologia e Movimentos Sociais", em 2016, no Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra.

linguagem fotográfica¹¹ para a fundamentação da experiência etnográfica. No entanto, como diz Rescuero (s.d), isto não significa que a narração científica terá na fotografia uma concorrente, ao contrário, com um plano de trabalho previamente estabelecido, esta poderá ser uma forte aliada e um importante apoio na escrita de um texto vigoroso e eficaz para o estudo dos fatos etnográficos observados. É sempre bom lembrar que, como nem sempre o que planejamos é o que se apresenta no campo de investigação, é necessário manter-se alerta às situações imprevisíveis que se apresentam.

A epígrafe deste artigo, por exemplo, foi registrada com a câmera do meu celular. Era nossa primeira noite em Porto Velho depois de uma viagem exaustiva e aquele momento parecia ser apenas um encontro para conhecer os nossos anfitriões porto-velhenses, por isso não levei o equipamento. Mas o olhar atento para um diálogo que parecia desprezioso transformou-se no aprendizado inicial daquela viagem. Era a primeira vez que ouvia falar sobre a ideia da “memória acesa”, construída naquela pequena casa de memória e de leituras de práticas poéticas, apresentadas naquela noite pelo poeta e agitador cultural Elizeu Braga. Ideia que viria nortear todo o debate do primeiro dia da Conferência e que daria título à *Missiva de Nazaré*, elaborada coletivamente sobre o Rio Madeira, durante a viagem de volta no barco:

a memória acesa constitui uma forma deliberada de (r)existência, isto é, de luta contra o apagamento dos modos de vida que não se enquadram no modelo capitalista e, ao mesmo tempo, de afirmação dos valores humanos, da dignidade e da coesão social, colocando-se como ação propositiva de ocupação do presente e invenção de futuros (MINOM, 2016).

Naquela noite o poeta Eliseu Braga também falou sobre a ideia de um museu contínuo, que transforma transformando-se. Um museu que segue perene como as águas do Rio Madeira, a renovar-se continuamente no presente, mas não no sentido de um presente-contínuo fabricado por uma pós-modernidade individualista e consumista, a “proibir o passado de se relacionar com o presente” (BAUMAN, 1998, p.113). Mas um museu conectado à vida, a remar contra a corrente da desmemória imposta pela manipulação das classes dominantes para fazer valer suas ideias de

¹¹ Acrescentaria imagética de um modo geral, pois os vastos recursos tecnológicos presentes hoje nos equipamentos fotográficos, permitem cada vez mais a captação de imagens em movimento. E isto é importante quando, além da imagem, é importante o registro dos discursos e narrativas.

“liberdade” e “desenvolvimento”. Um museu no qual a memória atua no presente e é projetada no futuro, como disse o poeta e museólogo Mário Chagas, em diálogo com Braga.

O curioso foi constatar que este museu estava pronto a nos esperar à beira do Rio Madeira. Essa foi a primeira imagem que registrei em nossa chegada: o museu vivo de Nazaré, com seus moradores a nos recepcionar, num misto de curiosidade e apreensão, como afirmou Timaia Nunes, fundador do Instituto Socioambiental e Cultural Minhas Raízes:

É como se tivéssemos escondidinhos à sombra das árvores e fomos contagiados pela chegada do MINON. Não é normal a presença de pessoas de outros estados ou de outros países, é sempre algo novo. Porém, com certeza foi criada uma expectativa muito grande de principalmente como seria; e até um certo receio de nossa parte. Será que teríamos estrutura para tanto? Bom, o certo é que o grande ensinamento que ficou para todos é que os valores principais não estão nas coisas físicas ou grandiosas, mas sim dentro de nós mesmos e do que somos, afinal somos parte desse conjunto de povos e culturas que, quando se fala e entendemos a mesma língua, podemos tornar o nosso ambiente mais valioso, mais igual e duradouro. (NUNES, comunicação pessoal, 2017)

Estávamos frente a frente com o povo de Nazaré, a observar e a sermos observados. É bom que se diga que observar também é aceitar estranhamentos recíprocos e, ao mesmo tempo, entender que observar e permitir ser observado é o primeiro sinal de interação. O certo é que nada do que construí em meu pensamento sobre Nazaré se aproximava do que vi ao subir o barranco que nos levava àquela pequena comunidade. Já era quase noite, mas isso não me impediu de ver uma Nazaré grandiosa em sua simplicidade, beleza e receptividade. O primeiro morador que registrei ainda com bagagens nas costas foi seu Lindenberg Faria, a descansar em sua cadeira de balanço sem camisa (porque o calor era grande!) e a observar a nossa chegada. Ao me ver aproximar-se da sua varanda e pedir para fotografá-lo, perguntou espantado: “quem? Eu?! Então deixa eu botar a camisa”. Respondi: “precisa não, o senhor está bonito assim”. Ele sorriu e voltou a relaxar em sua cadeira. Com direito a apenas um clique para não perder a espontaneidade do momento, seu Lindenberg me permitiu fotografar a beleza da sua alma. Esse primeiro contato foi decisivo para me dar a certeza de que estava num lugar especial.

E estava. No dia seguinte, à porta da singela Pousada Hollywood, vi Nazaré explodir em luz. Cercada de verde por todos os lados e um céu azul que me fazia lembrar Clarice: “o inalcançável é sempre azul”¹². As primeiras imagens revelavam aos meus olhos a extraordinária arquitetura vernacular brasileira nas suas casas de madeira sem excessos, fortemente enraizada na cultura local e adaptada ao meio ambiente. Um grupo de homens a empilhar melancias (as mais saborosas do Brasil!), crianças a caminho da escola e a sinalização ornada de chita e desenhada à mão, a indicar as “conferências” aos participantes.

A XVII Conferência do MINOM foi promovida pela Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA/UNIR) e contou com recursos do Programa de Extensão em Defesa do Patrimônio Cultural dos Ribeirinhos: Educação, Memória e Cidadania no Baixo Rio Madeira, aprovado pelo Ministério da Educação do Brasil. Reuniu 149 participantes inscritos, entre os quais, 35 eram ligados diretamente à Museologia, sendo os demais, moradores da comunidade, membros da UNIR, parceiros e alunos da Educação do Campo, em sua maioria assentados e ativistas dos movimentos sociais. Esse encontro de diversidades teve momentos comuns a um evento acadêmico e institucional, com palestras e apresentações de trabalhos sobre a sociomuseologia desenvolvida em diversas universidades brasileiras e do exterior, além da eleição da nova diretoria internacional do MINOM.

Todos esses momentos foram registrados e serão valiosos fios que me ajudarão a compor uma rede da sociomuseologia brasileira que me propus a urdir. No entanto, havia um outro lado da Conferência que a diferenciava das demais: as diversas oficinas ministradas *com e pela* comunidade, que se constituíram em verdadeiras trocas de saberes, entre as quais: desenhos com a natureza, poesia, contação de histórias, confecção dos bio-instrumentos do Grupo Minhas Raízes¹³, ministrada pelo músico e ativista cultural nazareno, Timaia Nunes; e de papel artesanal com fibras naturais da região, na qual foi criado o estandarte do cortejo “Memória Acesa”, confeccionado pelos alunos e alunas do professor de Artes Visuais da UNIR, Édson Arcanjo, com montagem da professora Silmara Kuster (UNB) e de Seone Correa (aluna de Artes Visuais da UNIR). Por não ter o dom da

¹² Crônica “Cosmonauta na Terra”, Clarice Lispector, In: A descoberta do mundo (1984).

¹³ Grupo formado por músicos de Nazaré e Porto Velho, criado pelos irmãos Timaia Nunes e Túlio Nunes, com três cd’s gravados. Os instrumentos são confeccionados com restos da vegetação local coletados nas matas de Nazaré.

ubiquidade, não pude acompanhar essas oficinas, mas registrei alguns dos seus resultados.

Teve também a oficina sobre a Cartografia Sociocultural Afetiva de Nazaré, mediada pela museóloga Girlene Chagas Bulhões, do Museu Sociofratrimonial dos Gostos Afetivos – Musgo; e por Lara Pelhus, acadêmica do curso de Museologia da Universidade Federal de Goiás, que resultou na elaboração da *Cartografia Afetiva Sociofratrimonial Rizomática Sabor Nazaré*, na qual compartilho parte do meu registro fotográfico, especialmente porque retornará para a comunidade na programação do seu principal evento: o *Festejo Cultural de Nazaré* que, em julho de 2017, completa 51 anos de atividades culturais ininterruptas. O Festejo acontece na Vila Cultural do Instituto Minhas Raízes e reúne mais de 200 artistas e brincantes das culturas do Baixo Rio Madeira. Da comunidade de Nazaré, além de outras atrações, participam aquelas que fizeram parte da programação cultural da Conferência: o grupo da Dança do Seringandô¹⁴, o Boi-Bumbá Curumim e os grupos musicais Minhas Raízes e da Velha Guarda. A programação cultural também teve a participação dos amigos de Nazaré, vindos de Porto Velho, como a Companhia Beradera de Teatro¹⁵ e o poeta e músico Rubens Vaz Cavalcante (o Rubinho), à época, Pró-Reitor de Extensão da UNIR. Todas as noites, dançamos e cantamos juntos com os moradores de Nazaré, orgulhosos da sua cultura.

As visitas guiadas pelos professores Timaia Nunes e seu Artêmis Ribeiro (o mais antigo professor de Nazaré) foi um momento especial da Conferência. Eles nos contaram a história da comunidade, nos falaram sobre as dificuldades enfrentadas e sobre suas esperanças de futuro. Além de professor de Língua Portuguesa, Timaia é também vice-diretor eleito da Escola de Ensino Fundamental e Médio Professor Francisco Desmoret Passos, construída no meio da floresta, cuja pretensão governamental é desenvolver um projeto pedagógico de inclusão do conhecimento tradicional no ensino público, para propiciar aulas-oficinas com mestres pescadores, agricultores e das tradições culturais locais. Na prática, no entanto, Timaia apresenta como principal obstáculo a esse tipo de inovação pedagógica, o fato de 98% dos professores da escola serem de Porto Velho. Sobre sua relação com esses

¹⁴ Seringandô é uma dança singular do Distrito de Nazaré. Só existe lá. Na dança, o objetivo das mulheres (dançarinas) é tentar laçar o seu parceiro que, finalmente laçado, passa a ser o seu troféu. O ritmo é parecido com o do Carimbó, mas a dança é totalmente diferente.

¹⁵ Uma das peças teatrais apresentadas foi “Saga Beradera”, cujo personagem Arigó vive em Nazaré — um dos distritos mais atingidos pela cheia histórica de 2014 —, que enfrenta o preconceito comum aos ribeirinhos que se recusaram a abandonar o seu lugar.

professores exógenos à comunidade, Timaia diz:

Eles me têm como um mestre. Eu acabo gerando esse sentimento muito maior porque eles já estão na cidade e acabam não tendo muito esse contato com as crianças daqui, com os jovens, com as pessoas, enxergando o que é que está mudando, o que pode ser feito daqui pra frente, o que está se perdendo. A minha luta é constante aqui. [...] Em todas as manifestações que teve até hoje, eu só vi dois professores que se integraram. Pra eles isso não existe, eles já vão embora. Então, como eu vou atuar dentro de um trabalho diferenciado, de respeito às identidades, às culturas, se eu não gosto, se eu não curto, se eu não interajo? (NUNES, comunicação pessoal, 2016)

A fala de Timaia Nunes nos mostra que esse projeto pedagógico ainda não saiu do campo das ideias e que a proposta de um museu-escola, na sua visão, seria a saída para a maioria dos problemas socioculturais e educacionais enfrentados em Nazaré. Por isso ele ressalta a importância do respeito que o trabalho do Instituto conquistou junto à comunidade:

Se vocês ouvem o pessoal aqui falando muito o meu nome é devido a esse respeito, porque a gente tem esse compromisso com a comunidade. Eu sou professor, mas me sinto muito mais professor aqui fora. Porque lá, a gente fica muito preso aos muros da escola. E aqui não. Eu particularmente tenho uma certa frustração à questão escola, porque a gente sabe que tem todo esse conhecimento prático e que tem como funcionar uma coisa diferente, que respeite a identidade do lugar, que respeite as culturas... mas a gente não tem apoio. [...] Então eu não consigo fazer um trabalho desse tipo dentro da escola. Eu já tentei, mas é uma voz só contra todos. Eu espero que um dia a gente tenha pelo menos 60% dos professores daqui, porque aí sim... Eu não sei se existe essa possibilidade, mas meu sonho é que o Instituto assuma uma escola dentro desses conceitos que a gente quer. (NUNES, comunicação pessoal, 2016)

Esse museu-escola é a representação do conceito de “museu vivo” que Timaia defende e que foi registrado em vídeo neste meu trabalho. Esta é apenas uma parte do rico diálogo estabelecido entre Timaia Nunes e os participantes da Conferência e que me fez refletir sobre maneira sobre o papel da escola na proteção e promoção da diversidade cultural em comunidades como Nazaré, Xambá, Coque, Cantagalo, Maré e tantas outras. Quando Timaia nos falou sobre a sua ideia de um museu-escola, ele foi taxativo: “a escola que eu penso é com esse papel de libertação mesmo, não deixar a matemática e o português de fora, mas trabalhar

dentro da matemática e do português, o contexto que existe aqui”.

E assim fomos levados a conhecer esse “contexto” de Nazaré, com passeios pela mata e banhos no igarapé “Cura Ressaca” e no “Lago do Peixe-Boi”, onde nasceu a ideia de criação de um coletivo de mulheres do campo da Museologia, hoje intitulado Camucamu – Coletivo Afetivo de Mulheres do Campo da Museologia e que, atualmente, ainda caminha para a sua organização. Visitamos o sítio do seu João Donato, tio da professora da UNIR Katia Kamura, arrodado de matas e cantos de pássaros. Lá, ouvimos sua música e compartilhamos da sua tristeza pela solidão declarada e da sua esperança de poder dividir o seu lugar e tocar sua viola para uma nova companheira. Também pudemos apreciar os sabores do restaurante “Tempero do Madeira”, comandado por seu Manoel e suas cozinheiras mágicas.

Mas teve também almoço na Pousada Canaã de seu Raimundo Nunes, homem de aguda inteligência, que não se intimidou em perguntar ao museólogo Mário Chagas: “Ô, professor, o que o senhor trouxe de bom aqui pra comunidade?” Seu Raimundo nos explicou que aquelas lindas casas eram feitas pelos próprios moradores — “Não senhor, não existe nenhum mestre”, ao responder à indagação do “professor” se existiria alguém em especial que concebia e construía aquelas habitações. E pôs-se a falar com maestria como ele próprio construiu a sua casa. Cheguei à conclusão de que Nazaré, na verdade, é feita de arquitetos e mestres de obras natos, que repassam os seus saberes de geração em geração.

E assim segui o meu registro da vida vivida em Nazaré. Pelas minhas lentes passaram Jeferson Tavares, presidente da Associação de Produtores Agrícolas de Nazaré, Artemísia Miranda e Jayrison Tavares, sua linda família; Alesandra Apurinã, que como toda adolescente não queria ser fotografada, mas ao conversarmos, revelou-se um modelo da beleza beradeira; dona Zenaide e sua criança ao colo, numa cadeira de balanço no quintal da sua casa, a olhar desconfiada para a câmera; a tímida professora Patrícia, a posar ao lado da sua casa marcada com um X, sinalização comum a diversas casas de Nazaré, por estarem em área de risco durante a enchente histórica de 2014¹⁶; o elegante Raimundo Pantoja, a posar com sua sombrinha para proteger-se do sol escaldante do meio-dia; André Sena a deliciar-se com uma suculenta fatia de melancia na varanda da sua casa; o futebol e

¹⁶ Em 30 de março de 2014, a enchente do rio Madeira registrou 19,74 metros de altura, a maior registrada na história. Cerca de 30 mil pessoas foram atingidas pela enchente e Nazaré teve mais de 90% das famílias retiradas das suas casas.

o vôlei praticado pelos jovens da comunidade nas suas horas de lazer; as crianças a brincar; o rio Madeira a ser sugado pelas dragas das mineradoras; as paisagens e o mágico momento em que o Sol oculta-se atrás da igreja; as festas e o palco a exibir uma exposição temporária de objetos das casas nazarenas, a atuarem naquele momento como “contadores” das histórias e da vida cotidiana dos seus moradores. Após as festas, retornariam às funções para as quais foram criados.

Dentro dos meus poucos recursos técnicos, foquei a lua minguante no céu, a potencializar o escuro provocado pelo apagão do frágil sistema elétrico de Nazaré, que ironicamente é operado por um gerador a diesel¹⁷; o poeta-museólogo a gritar “faz escuro mas eu canto” e o cortejo *Memória Acesa* a cantar a passos largos na escuridão, decidido a ver “a cor do mundo mudar”. A resiliência do povo nazareno trouxe de volta a energia elétrica e a festa se fez naquela última noite da Conferência, num conagração de gratidões e afetos. E a minha memória acesa repetia o poeta amazonense: “vamos juntos, multidão, trabalhar pela alegria, amanhã é um novo dia”¹⁸. Todas essas imagens e sons, além de contribuírem fortemente para a escrita da minha investigação acadêmica, já estão a cumprir o papel social que desejei para este trabalho, na difusão das identidades e culturas presentes no “contexto” de Nazaré, como assim deseja o líder e ativista cultural Timaia Nunes, seus familiares e amigos. As fotografias fizeram parte da exposição coletiva *Amazônia - Vidas e Silêncios*, durante a Semana da Sociomuseologia ULHT 2017, em Lisboa, com curadoria do professor doutor Pedro Pereira Leite; da *Cartografia Afetiva Sociofratrimonial Rizomática – Sabor Nazaré*, já citada neste artigo; e da Tertúlia *Os novos caminhos da Sociomuseologia*, realizada pelo MINOM Portugal, em março de 2017, no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, em Lisboa, na qual exibi o audiovisual compacto “Memória Acesa” sobre este relato fotoetnográfico da XVII Conferência Internacional do MINOM.

O termo fotoetnografia criado por Achutti (1997) propõe que a narrativa fotográfica seja autônoma do texto escrito, com o objetivo de preservar ao máximo o potencial de cada uma das narrativas. No entanto, ele radicaliza ao propor que

¹⁷ Ironicamente, porque Nazaré está a cerca de 200 quilômetros da Hidrelétrica de Santo Antônio, em Porto Velho, que gera 3.150 MW. O empreendimento projetou uma linha de transmissão que liga PortoVelho a Araraquara (SP) para distribuição dessa energia produzida, mas até o momento não há qualquer previsão de construção de infraestrutura para atender à comunidade de Nazaré e outras comunidades ribeirinhas.

¹⁸ Trechos do poema “Faz escuro mas eu canto”, do poeta amazonense e defensor dos direitos humanos, Thiago de Mello (1966).

nenhum texto seja utilizado na apresentação das imagens. Neste artigo, faço uma radicalização inversa, não apresentei qualquer imagem para servir de ilustração à narrativa aqui apresentada. O objetivo é demonstrar a importância da imagem como forte aliada na elaboração do texto escrito. Achutti propôs duas entradas em seu trabalho: uma pela imagem e outra pelo texto. Convido o leitor a fazer o mesmo. As imagens aqui narradas estão contidas no audiovisual elaborado a partir do meu trabalho de campo em Nazaré e disponibilizado no seguinte link — <https://youtu.be/U9Z6fZYhysU> .

E o MINOM?

Como já falei anteriormente, a minha experiência profissional em Museologia se deu num museu oficial, no entanto, a minha atuação como jornalista nos movimentos sociais me levaram a buscar que o Museu dialogasse, em primeira hora, com as diretrizes e princípios da nova Política Nacional dos Museus, que chamava os museus a cumprirem o seu papel social; reconhecia o papel estratégico dos museus nas políticas públicas de cultura; e propunha a democratização de acesso aos museus e o uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais nos currículos escolares. Posso afirmar que foi uma experiência difícil, pois o Estado capitalista é estruturalmente concebido para excluir. Portanto, o que atenderia às diretrizes de uma política pública governamental, por mais avançada que ela seja, quase sempre não encontra acolhimento nas estruturas ideológica, hierárquica e burocrática do Estado, construídas para manter tudo no lugar onde sempre esteve, para preservar históricas relações de dominação.

Esse desejo sempre crescente de atender àquele chamado social dirigido aos museus, nos levou a desenvolver inúmeras discussões sobre o que é sociomuseologia e como poderíamos utilizar os seus princípios e diretrizes como base para os nossos processos educativos e museológicos. Foram inúmeros “Seminários Avançados de Museologia Social”, para os quais convidamos os que a defendiam no campo da Museologia, mas também aqueles que eram contrários; além de estudiosos de outras áreas no campo das Ciências Humanas e Sociais e agentes de movimentos sociais e culturais. Como atuávamos num museu com pretensões de representar os mais de 50 milhões de brasileiros, estávamos sempre

a nos perguntar: como representá-los? O Nordeste que vemos nas ruas está em nosso Museu? Para essa discussão, aliamos os seminários a mais duas ações museológicas diretamente ligadas à imagem: um curso de 60 horas sobre “Imagem e Museologia Social” e o “Theória - Mostra de Fotografia e Vídeo”¹⁹. A conclusão desses debates não poderia ser outra: não, esses mais de 50 milhões de brasileiros não estavam representados em nosso Museu e nem poderiam estar.

Assumimos então que desejar representá-los seria uma utopia; e dizer que os representávamos, uma inverdade, o que nos colocaria numa posição de extrema fragilidade. Com isso, quanto menos certezas tínhamos, mais nos movíamos para atuar e transformar a própria realidade do Museu, conduzidos apenas por duas certezas: éramos um museu em processo e queríamos ser um museu que trabalhasse para a inclusão sociocultural daqueles que, secularmente, foram colocados à margem das instituições museológicas oficiais. Colocar a imagem do enterro de um Sem Terra na exposição de longa duração, assassinado por um latifundiário na Zona da Mata de Pernambuco, por exemplo, foi a prova cabal de que em pleno século XXI, o indizível ainda é uma realidade nos museus, pois fomos algumas vezes acusados de querer “fazer política” com o Museu ou de desabonar a imagem “daqueles que construíram as riquezas do estado”: os usineiros.

Faço esta breve preleção sobre minha trajetória profissional, porque foi a partir dessa experiência como gestora que busquei aprimorar minha formação acadêmica no campo da Antropologia e, agora, da própria Museologia. Nesse percurso, algumas questões acompanharam as minhas crescentes indagações sobre a sociomuseologia: quando falamos em sociomuseologia ou museologia social, de que “social” estamos falando? Afinal, como afirmam alguns estudiosos: toda museologia não seria social pelo simples fato de existir “em sociedade”? Os museólogos Mário Chagas e Inês Gouveia, explicitam o que motiva este “social” e em que ele distingue as museologias vigentes na contemporaneidade:

O que dá sentido à museologia social não é o fato dela existir em sociedade, mas sim, os compromissos sociais que assume e com os quais se vincula. Toda museologia e todo museu existem em sociedade ou numa determinada sociedade, mas quando falamos em museu social e museologia social, estamos nos referindo a compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas

¹⁹ Todos esses projetos museológicos foram concebidos e coordenados pela antropóloga Dra. Ciema Mello e a museóloga Me. Fernanda Oliveira.

dimensões científicas, políticas e poéticas; estamos afirmando, radicalmente, a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária [...]. (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p.17)

Meus estudos sobre essa questão encontrou algumas respostas importantes junto ao antropólogo e sociólogo Bruno Latour que, em sua teoria do Ator-Rede, busca redefinir a noção de social. Não caberia neste artigo todas as discussões suscitadas por esta teoria e aplicadas ao campo de estudos em que se situa a minha investigação, para que esse “social” seja mais do que um adjetivo; seja mais do que um “tipo específico de ingrediente que se supõe diferir de outros materiais” (LATOURE, 2012, p.18) — no caso, de “outras museologias” — e alcance o significado real pretendido que é o de uma museologia conectada à vida, que produza coletividades, associações e transformações. O importante agora é dizer que, a partir das minhas leituras, passei a compreender que a sociomuseologia só seria verdadeiramente libertária e transformadora se buscasse sistematicamente avançar contra o sistema capitalista e a sua ideologia neoliberal, que estabeleceram um modo de vida individualista, consumista e predatório, hoje cada vez mais incompatível com a própria vida no planeta. Foi com esses questionamentos e essas ideias que fui ao campo. E foi lá na Conferência do MINOM, em Nazaré que, do ponto de vista teórico, recebi uma importante contribuição à minha investigação: o Bem Viver, proposto pelo economista e ex-presidente da assembleia nacional constituinte do Equador, Alberto Acosta.

É bom que se diga que para compreender e aceitar o Bem Viver como uma mudança civilizatória, precisamos antes de tudo vencer o nosso colonialismo mental, descolonizarmos o nosso imaginário. E isto não é fácil. O Bem Viver é uma ideia em construção, em especial na América Latina (mas não apenas), que critica e busca superar o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos (desenvolvimento econômico, humano, sustentável, local, etc), baseado na organização comunitária a partir do respeito aos Direitos Humanos e aos **Direitos da Natureza**. A inovação na construção do Bem Viver se dá na essencialidade da relação com a Natureza, inspirado na filosofia dos povos andinos e amazônicos. “São ideias surgidas de grupos tradicionalmente marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados. São propostas invisibilizadas por muito tempo, que agora convidam a romper radicalmente com conceitos assumidos como

indiscutíveis” (ACOSTA, 2016, p.70). Mas o que a Museologia tem a ver com isso? Nada, se ela continuar enclausurada em suas vitrines e discursos de neutralidade que só reforçam o estilo de vida dominante, baseado num crescimento material contínuo, a partir do uso de recursos naturais considerados inesgotáveis, em busca de um “desenvolvimento” que foi transformado em essência e razão de viver por grande parte da humanidade e que, "perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo" (ACOSTA, 2016, p.24).

Foi importante ver o MINOM ratificar e praticar em Nazaré os princípios contidos nas Declarações de Santiago do Chile (1972), Quebec e Oaxaca (1984), do Rio (2013) e Havana (2014). Mas foi ainda mais importante, vê-lo dar um passo à frente em seus objetivos estratégicos, colocando-se frontalmente contrário ao modo de vida capitalista, no combate à “falácia do desenvolvimento como objetivo das sociedades” e à consequente “destruição de ecossistemas e formas de vida”. Foi igualmente importante perceber que a nossa passagem em Nazaré foi capaz de partilhar saberes e preservar o espírito do lugar, como explicita Timaia. Ele diz que o MINOM foi “a chuva que Nazaré precisava para florescer a semente que ainda dará muito frutos para colhermos”. E diz mais:

Nossa existência aqui depende da força de todos e, sinceramente, a maioria das coisas que vêm de fora nos atropela, mas fico com a expectativa de que esta **nova era da Museologia**, abra as portas de um novo mundo onde podemos nos conhecer, aprender e nos valorizar ainda mais e, dessa maneira, nos tornar grandiosos, mesmo que dentro do nosso pequeno espaço. Que o verde AMAZÔNICO nos dê gás suficiente para nossas conquistas (NUNES, 2017, comunicação pessoal).

A memória acesa proposta pelo MINOM (2016) como “uma forma deliberada de (r)existência”, como um instrumento de luta “contra o apagamento dos modos de vida que não se enquadram no modelo capitalista”, constitui essa “nova era da Museologia” que Timaia Nunes anuncia e que certamente irá arregimentar ainda mais adversários. Mas como o que importa é “amar e mudar as coisas”²⁰, sigamos...

²⁰ Minha singela homenagem ao poeta e músico Belchior, falecido no dia em que encerrei este artigo.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Editora Elefante, 2016.
- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca, 1997.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony (2014). **Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero**. Cadernos do CEOM / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, Unochapecó. Ano 27, n. 41, 2014 - Museologia Social. Chapecó. Consultado em 17.abril.2017. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2602>
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CHAGAS, M. & GOUVEIA, I. **Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação)**. Cadernos do CEOM - Ano 27, nº. 41, 2014 - Museologia Social. Acesso em: 10.mar.2016. Disponível em: <https://museuscomunitarios.files.wordpress.com/2014/01/museologia-social-reflexc3b5es-e-prc3a1ticas.pdf>
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural. o direito à cultura**. 1. Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- HARDESTY, D. L. **Ethnographic landscape. transforming nature into culture**. In:ALANEN, A. R.; Melnick, R (ed). Preserving Cultural Landscapes in America. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social – Uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.
- MEYER-BISCH, Patrice; BIDAULT, Mylène. **Afirmar os direitos culturais – Comentários à Declaração de Friburgo**. Tradução Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2014.
- MINOM, Movimento Internacional para uma Nova Museologia. **Missiva de Nazaré**. Rondônia, 2016.
- PEIRANO, Marisa. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. Consultado em 17.abril.2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>
- RESCUERO, Carlos. **Utilização da fotoetnografia como método de pesquisa na Ilha dos Marinheiros. uma abordagem de antropologia visual**. (Sem data). Consultado em 17.abril.2017. Disponível em: https://www.academia.edu/4422824/Utilização_da_fotoetnografia_como_método_de_pesquisa_na_Ilha_dos_Marinheiros._Uma_abordagem_de_antropologia_visual
- SAHLINS, Marshall David. **Cultura na prática**. Tradução Vera Ribeiro. 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ (Coleção etnologia), 2007.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A gramática do tempo para uma nova cultura**. São Paulo: Cortez, 2006.